

ENTREVISTA COM UM CANAIMÉ



CARLOS BORGES

ISBN: 978-65-02-20024-7



9 786502 200247

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Borges, Carlos.

Entrevista com um Canaimé / Carlos Borges. — 1. ed. — Boa Vista, RR :
Edição do Autor, 2026.

44 p. ; 23 cm.

ISBN: 978-65-02-20024-7

1. Romance brasileiro. 2. Ficção brasileira. 3. Realismo mágico. 4.
Antropologia — Ficção. 5. Povos indígenas — Amazônia — Ficção. 6.
Corrupção política — Ficção. I. Título.

CDD 869.93

Boa Vista, 2024.

O antropólogo Hector Todesquine chega à cidade convencido de que o Canaimé — a entidade que os povos indígenas do circum-Roraima descrevem como quem consome uma pessoa por dentro, devagar — é apenas categoria simbólica. Uma figura de linguagem para nomear o que não se ousa nomear.

Cinco sessões depois, ele já não tem certeza de nada.

K. recebe o pesquisador em uma casa discreta, serve chá de ervas que ninguém reconhece, e responde a cada pergunta sobre corrupção em Roraima com uma precisão que nenhum ser humano deveria ter. Ele fala de escândalos reais — funcionários fantasmas, garimpo ilegal, verbas desviadas, décadas de impunidade — não como quem os denuncia, mas como quem os administra. Como se fosse, ele mesmo, a estrutura que os produz.

Entrevista com um Canaimé entrelaça o registro documental — números, relatórios, décadas de reportagem sobre Roraima — com o mito vivo que os Aruak e Caribe contam há séculos, para perguntar: existe alguma diferença entre a entidade que consome por dentro e o sistema que aprendemos a chamar de normal?

Hector vai atrás de uma resposta.

O leitor talvez não queira encontrá-la

Nota do autor

Este romance é ficção.

Hector Todesquine não existe. K. não existe — ou existe de uma forma que este livro não pode confirmar nem negar.

Mas os fatos que K. descreve aconteceram.

O Escândalo dos Gafanhotos é real: aproximadamente seis mil funcionários fantasmas, mais de duzentos e trinta milhões de reais desviados, setenta e cinco por cento da Assembleia Legislativa de Roraima envolvida, a Operação Praga do Egito deflagrada em 2003. Vinte anos depois, alguns dos envolvidos ainda ocupam cargos públicos.

Os dados do garimpo ilegal no território Yanomami são reais: expansão de trezentos e nove por cento entre 2018 e 2022, oitenta e quatro por cento da população com mercúrio acima do limite da Organização Mundial da Saúde, quinhentos e setenta óbitos infantis entre 2019 e 2022, quatrocentos e noventa e cinco por causas evitáveis. Taxa de mortalidade infantil 9,6 vezes maior que a média brasileira — comparável à República Centro-Africana.

O massacre da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo é real: janeiro de 2017, trinta e três mortos, terceiro maior massacre em presídios da história do Brasil.

A Revolta do Rupununi é real: janeiro de 1969, fazendeiros e indígenas Macuxi e Wapishana atravessaram o rio Tacutu para Bonfim, que então tinha três casas.

O padrão etnográfico que K. descreve na última sessão é documentado: entre os povos Aruak e Caribe do circun-Roraima, cada aldeia, cada comunidade tem seu próprio Canaimé — entidade local condensada a partir da história e dos conflitos daquele território.

Escrevo sobre Roraima há trinta anos. O que me perturbou, ao longo desse tempo, não foi a magnitude dos casos — foi a regularidade. A forma como se reproduzem

através de governos, partidos e décadas. A forma como o tempo os digere sem os resolver.

K. tem uma explicação para isso.

Não sei se acredito nele.

Sei que os números são reais.

Carlos Borges
Boa Vista, 2025

“O Canaimé não mata de uma vez. Ele retira de dentro da pessoa aquilo que a mantinha viva.”

— Narrativa oral Taurepang

“A corrupção deixa de ser desvio quando se torna a escolha racional dominante.”

— Adaptado de Persson, Rothstein & Teorell, 2013

Nota do pesquisador

Ceguei a Boa Vista em março de 2024, com dois gravadores digitais, um caderno de campo e a convicção — herdada de Koch-Grünberg — de que o Canaimé era uma categoria simbólica, não uma presença. Saí de lá em abril sem ter certeza de nada.

O que se segue é a transcrição das cinco sessões realizadas na residência do informante, no bairro River Park. Ele pediu para ser chamado apenas de K.

— H.T., Campinas, junho de 2024

Sessão I

A casa era discreta para os padrões do bairro.

Nenhum excesso de grades. Nenhuma câmara aparente. Nenhum muro alto o suficiente para sugerir medo.

Só um jardim bem cuidado, buganvílias na entrada e um carro preto parado à sombra, com a tranquilidade de quem nunca precisou esconder a própria presença.

Toquei a campainha às quatorze horas em ponto.

A porta se abriu antes que o som terminasse.

K. estava ali.

Alto. Pele morena clara. Cabelo bem cortado. Camisa de linho branca, sandálias.

Parecia ter quarenta anos.

Talvez menos.

Talvez muito mais.

Havia nos olhos uma paciência que não combinava com nenhuma idade que eu soubesse calcular. Não era cansaço. Não era serenidade.

Era espera.

Como se tivesse passado tempo demais aguardando alguma coisa que só agora, por algum motivo, finalmente chegara.

— O professor de Campinas.

Não era pergunta.

— Entre.

Deu um passo para o lado.

Passei.

Antes de fechar a porta, acrescentou:

— Já estava esperando o senhor desde Koch-Grünberg.

Parei.

Ele sorriu.

Um sorriso correto.

Proporcional.

Nenhum dente a mais, nenhum músculo fora do lugar, nada que justificasse desconforto.

Foi exatamente isso que me inquietou.

A sala era fresca.

Não fria.

Fresca de um modo quase excessivo depois do calor de Boa Vista.

Madeira escura. Poucos móveis. Uma estante ocupando a parede inteira.

Reconheci alguns títulos.

Etnografias.

Relatórios do Ministério Público Federal.

Processos do Supremo sobre demarcações.

Livros que eu tinha em casa.

Outros que eu conhecia apenas de bibliografia.

Sobre a mesa de centro havia um gravador antigo.

Não era meu.

A fita já girava.

Fiquei olhando por tempo demais.

— Você também grava?

K. sentou-se.

— Sempre gravei.

Esperei.

— Meu arquivo é mais antigo.

Abri a mochila.

Coloquei meu gravador diante de mim, ao lado do dele.

Por um instante, os dois aparelhos ficaram sobre a mesa, ambos ligados, duas fitas girando em velocidades ligeiramente diferentes.

Abri o caderno.

— Posso começar com algumas questões biográficas?

K. não respondeu imediatamente.

— Origem. Trajetória.

— Pode começar como quiser.

Pegou a chaleira.

— A entrevista é sua.

Serviu o chá.

— O tempo é meu.

O líquido era escuro.

Mais escuro do que chá deveria ser.

O cheiro lembrava folhas esmagadas depois da chuva, mas havia outra coisa por baixo. Terra molhada, talvez. Ou madeira apodrecendo.

Não reconheci.

Reconheceria o cheiro no dia seguinte.

Na minha roupa.

— Você nasceu nas montanhas Kanaku?

K. inclinou a cabeça.

Não como quem não entende.

Como quem corrige silenciosamente uma palavra.

— Nasci não é o termo.

Esperiei.

— Qual seria?

Ele olhou pela janela.

Ao longe, o lavrado tremia sob o calor.

— Me condensei.

Anotei.

A caneta fez um ruído pequeno sobre o papel.

— Condensou-se de quê?

K. voltou os olhos para mim.

— A serra precisava de alguém acordado.

— Para vigiar?
— Se preferir.
— Contra o quê?
Ele sorriu.
— O senhor chegou rápido demais ao mal.
— Não foi isso que perguntei.
— Foi.
Pausa.
— Só usou outra palavra.
Fiquei olhando para ele.
— Então você é o mal?
K. pegou a xícara.
— Palavra de jornalista.
Bebeu.
— Eu administro necessidades.
Escrevi a frase.
Ele esperou até eu terminar.
Não havia pressa nele.
Isso começou a me incomodar.
Do lado de fora, o céu de Boa Vista era branco de calor.
Nenhum pássaro.
— Quando você deixou as montanhas Kanaku?
K. tornou a inclinar a cabeça.
— Deixar também não é o termo.
— Qual seria?
— Deslocar.
— Para Boa Vista?
— Para onde havia demanda.
— Boa Vista precisava de você.
— Mais do que a serra.
— Para quê?

K. olhou para mim.
O sorriso voltou.
O mesmo.
Correto.
Proporcional.
— Gestão.
Não consegui decidir se era ironia.
Antes que eu perguntasse, ele pousou a xícara sobre a mesa.
Foi então que percebi.
Não houve som.
Nenhum.
A porcelana tocou a madeira, mas a madeira não respondeu.
Olhei para a xícara.
Depois para K.
Ele já estava olhando para mim.
Não anotei.
Só naquela noite, no hotel, escreveria sobre aquilo, tentando entender por que um gesto tão pequeno tinha permanecido comigo durante horas.
A porta interna se abriu.
Um homem entrou sem bater.
Teria pouco mais de cinquenta anos. Camisa social branca abotoada até o pescoço, apesar do calor. Cabelo grisalho penteado com cuidado.
Na mão, uma Bíblia pequena de couro preto.
O polegar marcava uma página.
Ele me viu.
Parou.
Meio segundo.

Talvez menos.
Depois decidi que eu não estava ali.
— Irmão.
K. não se levantou.
— Já tem o nome?
— Tenho dois.
— Quais?
O homem olhou rapidamente para mim.
K. percebeu.
— Não aqui.
O pastor assentiu.
— O senhor escolhe.
— Por escrito.
Pausa.
— Não por mensagem.
O homem voltou a me olhar.
Dessa vez por tempo suficiente para me classificar.
Não descobri em qual categoria fui colocado.
Apenas que não merecia explicação.
Saiu.
A porta se fechou.
Também sem ruído.
K. voltou para mim.
— Onde estávamos?
Demorei um segundo.
— Em Kanaku.
— Não.
Ele apontou para meu caderno.
— Na gestão.
Peguei a xícara.
Bebi.

Só depois percebi que não devia ter bebido.

O chá era amargo.

Não imediatamente.

O amargor chegava depois.

— Posso perguntar sobre esta casa?

K. olhou ao redor como se precisasse lembrar onde estava.

— Pode.

— É sua?

— É onde moro.

— Não foi isso que perguntei.

Ele sorriu.

Dessa vez achei que havia alguma coisa diferente no sorriso.

Mas desapareceu antes que eu pudesse ter certeza.

— A casa foi uma gentileza.

— De quem?

— Amigos.

— Políticos?

— Entre outros.

Olhei para o gravador.

A fita continuava girando.

Pensei em Koch-Grünberg subindo o Uraricoera mais de um século antes, escrevendo à luz de lamparina aquilo que homens mais velhos que ele contavam sobre seres que ninguém dizia ter visto, embora todos soubessem reconhecer os rastros.

De repente, a distância entre aquela lamparina e os dois gravadores sobre a mesa me pareceu pequena demais.

— Para hoje é suficiente — disse K.

Fechou a conversa antes que eu percebesse que ela tinha acabado.

Levantou-se.
Havia alguma coisa errada na maneira como se movia.
Não lentidão.
Não rapidez.
Ausência de esforço.
Como se o corpo soubesse o movimento antes de
precisar executá-lo.
Guardava o caderno quando ele disse:
— O senhor vai querer ver o quarto.
Levantei os olhos.
— Que quarto?
K. caminhou até a porta.
— O quarto.
— Por quê?
Abriu.
O calor de Boa Vista entrou de uma vez.
Como uma parede.
— Todo pesquisador quer ver.
Fiquei parado.
— Ver o quê?
K. olhou para mim.
Dessa vez não sorriu.
— Aquilo que não cabe na entrevista.
Esperei.
Ele abriu mais a porta.
— Mas não hoje.
Atravessei o jardim.
Não olhei para trás.
As buganvílias estavam imóveis.
Nenhuma folha se mexia.
Nenhum galho.

Nada.

Só quando cheguei à calçada percebi que não havia vento.

E, ainda assim, atrás de mim, ouvi alguma coisa se mover dentro da casa.

Sessão II

Três dias depois da primeira sessão, o lavrado queimou.

Entre Cantá e Bonfim, o fogo avançou durante horas.
O Corpo de Bombeiros registrou quarenta e sete focos em menos de meio dia.

Os jornais chamaram de estiagem.

Voltei à casa de K. na manhã seguinte.

Ele estava na varanda.

Mas não havia café.

Nem jornal.

Havia um peixe.

Um tucunaré de uns quarenta centímetros, estendido sobre uma tábua comprida de madeira escura.

Ainda tinha escamas.

O olho, aberto, voltado para o teto.

K. usava um avental fino de couro sobre a camisa branca de linho.

Na mão direita, uma faca estreita.

Comprida.

Quase delicada.

Ele não interrompeu o que fazia quando me viu.

Apenas apontou com o queixo para a cadeira.

— Sente-se.

Esperei.

— Não demora.

Sentei-me.

Liguei o gravador.

A fita começou a girar.

K. continuou trabalhando.

A faca entrou no ventre do peixe.

Sem esforço.
Sem correção.
Sem o pequeno movimento de quem procura o lugar certo.
Um único corte.
O peixe se abriu.
Pensei que aquilo não parecia habilidade.
Parecia memória.
— Viu as notícias? — perguntei.
K. não levantou os olhos.
— Leio o jornal todas as manhãs.
Deslizou a lâmina mais alguns centímetros.
— É uma forma de acompanhar o trabalho.
— O incêndio.
Silêncio.
Ele colocou a faca de lado.
Introduziu dois dedos no ventre do tucunaré.
Retirou as vísceras devagar.
Nada caiu fora da tábua.
— Entre outras coisas.
Esperou.
— Deputado federal investigado por desvio em convênio de saúde indígena.
Voltou a pegar a faca.
— Oitocentos mil.
— Você sabe o valor de memória.
— Sei os valores pequenos.
Olhei para ele.

— Pequenos?
— Oitocentos mil.
Passou a lâmina junto à espinha.
— Modesto.
Pausa.
— Mas disciplinado.
Não anotei imediatamente.
— E o incêndio?
K. separou uma parte da carne com a ponta da faca.
— O incêndio queimou.
— Eu sei.
— Então por que pergunta?
— Quero saber se teve relação com você.
Ele parou.
Pela primeira vez desde que eu chegara.
Olhou para mim.
— Relação é uma palavra confortável.
— Então escolha outra.
K. voltou ao peixe.
— Condição.
— Você criou as condições para o incêndio?
— Para muitas coisas.
— E para o desvio?
— Também.
— Você coordenou?
A faca deslizou pelo dorso.
Algumas escamas caíram sobre a madeira.
Não ouvi som algum.

— Coordenar exige reuniões.
— Você entendeu o que eu quis dizer.
— Entendi.
Ele separou a cabeça.
O olho do peixe continuou voltado para cima.
— Só não concordo com o verbo.
— Qual você usaria?
K. limpou a lâmina com dois dedos.
— Eu crio condições.
Esperei que continuasse.
Não continuou.
— E depois?
— Depois?
— O que acontece depois que você cria as condições?
K. ergueu os olhos.
— As pessoas trabalham.
A resposta veio simples demais.
— Sozinhas?
— Quase sempre.
— Sem ordens?
— Ordens deixam rastros.
Virou o peixe.
— Necessidades, não.
Fiquei em silêncio.
Ele continuou:
— Um homem precisa de dinheiro.
A faca entrou novamente.
— Outro precisa de um voto.

Novo corte.

— Um terceiro precisa que um processo desapareça.

Outro.

— Um quarto só precisa saber que ninguém vai fazer perguntas.

Olhou para mim.

— É suficiente.

Anotei.

— Então você não manda.

— Mandar é uma forma vulgar de poder.

— E qual é a forma sofisticada?

K. sorriu.

— Fazer com que ninguém precise receber ordem.

A faca voltou à tábua.

Pensei no incêndio.

Quarenta e sete focos.

— E o fogo?

— O que tem?

— Quarenta e sete focos em doze horas.

K. continuou trabalhando.

— O fogo encontra capim seco.

— Isso é sua resposta?

— É uma resposta.

— E a outra?

Ele demorou.

— Às vezes alguém acende o primeiro fósforo.

— Você?

K. sorriu.

— O professor gosta muito de começos.

Fiquei olhando para ele.

— Porque começos têm responsáveis.

— Exatamente.

O peixe estava quase limpo.

K. retirou a última parte das vísceras e colocou-a num recipiente ao lado.

Foi só então que percebi.

A tábua estava limpa.

A faca estava limpa.

O avental também.

Não havia sangue.

Nem uma gota.

Olhei para o peixe.

Depois para as mãos dele.

Nada.

Eu tinha acompanhado cada movimento.

Ainda assim, não sabia dizer para onde o sangue tinha ido.

K. percebeu que eu olhava.

Não comentou.

Dobrou o avental.

Com cuidado.

Colocou a faca paralela à borda da tábua.

Perfeitamente paralela.

Depois lavou as mãos numa pequena bacia que eu não tinha notado antes.

A água continuou transparente.

Isso me incomodou mais.

Ele secou as mãos.
Caminhou até a poltrona.
Sentou-se.
Como se tivesse apenas trocado de sala.
Ou de função.
Cruzei as pernas.
Abri novamente o caderno.
K. olhou para mim.
— O senhor quer entender o garimpo.
Não era pergunta.
— Quero.
Ele recostou-se.
— Não.
Esperei.
— O senhor quer entender como tanta gente consegue
fazer a mesma coisa ruim sem que ninguém precise mandar.
Não respondi.
K. sorriu.
Dessa vez, quase sem mostrar os dentes.
— Isso é mais interessante.
Ficamos em silêncio.
Do lado de fora, o lavrado parecia branco sob o calor.
Ao longe, uma faixa escura ainda subia no céu.
Fumaça.
K. não olhou.
— Podemos começar — disse ele.
Liguei novamente o gravador.
Só então percebi que ele já estava ligado.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 14 de março de 2024

Estou no quarto do Hotel Aípana com os dois gravadores sobre a mesa. Ouvi as gravações três vezes.

O problema não é o que K. diz. O problema é como diz. Não há hesitação, não há a pausa que as pessoas fazem quando constroem uma mentira. Ele fala como quem lê um relatório já aprovado.

Trinta anos de antropologia me ensinaram a distinguir o fabulador do narrador. O fabulador gesticula, acelera, busca o efeito. K. não busca nada. Ele oferece.

Isso me preocupa mais do que qualquer conteúdo.

Liguei para a Profa. Hilda, minha orientadora nos anos de Unicamp, especialista em etnografia do Vale do Rio Branco. Conteí que havia encontrado um informante incomum. Ela perguntou se eu estava bem. Disse que sim. Ela não pareceu convencida.

O chá que bebi na primeira sessão — ainda não identifiquei as ervas. Tenho um gosto residual na garganta que não passa com água nem com café.

Amanhã volto à casa.

Não sei por que continuo voltando. Sei que vou.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

15 de março de 2024

Acordei às três da manhã com a sensação de que havia alguém no corredor do hotel. Fui até a porta, abri — corredor vazio, luz de emergência, o zumbido do ar-condicionado central.

Pensei no que K. disse antes de eu sair: “O professor vai querer ver o quarto.”

Não consigo parar de pensar nisso.

Em Koch-Grünberg há uma passagem que não citei em nenhum artigo. Está no volume II, quando ele descreve o comportamento dos Taurepang diante da menção ao Canaimé: “Não é o medo do que ele faz que paralisa o homem. É o medo de que, ao falar dele tempo demais, ele apareça.”

Estou falando dele há três dias.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 15 de março de 2024 — tarde

Ela estava no restaurante do hotel com três lideranças Macuxi e um mapa fundiário aberto sobre a mesa.

Pedi licença para sentar-me em outra mesa. Ela olhou para mim com a naturalidade de quem avalia rapidamente se um desconhecido é aliado, neutro ou problema.

— O Koch-Grünberg — disse ela, apontando para o livro na minha mão. — Volume II?

— Volume I. Mas tenho o II no quarto.

Ela fechou o mapa. As lideranças se despediram.

Seu nome era Iara Damasceno. Trabalhava pelo MPF na regularização fundiária de terras Macuxí na região de Normandia e Bonfim. Conhecia o Kanaku de campo. Falava Macuxí com sotaque de quem aprendeu em casa.

— Você veio pesquisar o quê?

— Uma figura mítica.

Ela me olhou por um segundo.

— K. — disse. Não era pergunta.

Fiquei imóvel.

— Todo mundo que chega com Koch-Grünberg na mão acaba chegando até ele — disse. — Ou ele chega até eles. — Pegou o café. — Cuidado com o chá.

Antes que eu pudesse perguntar o que sabia, as lideranças voltaram e ela voltou ao trabalho.

Fiquei na minha mesa por mais uma hora sem conseguir ler nada.

Ela voltou quarenta minutos depois. Sozinha.

— Você foi à casa dele hoje — disse. Não era pergunta.

— Sim.

— Ele serviu chá.

Não respondi.

— Todo mundo que ele quer perto bebe o chá na primeira sessão — disse ela. — Aos que ele quer apenas observar, não oferece.

— O que está no chá?

Ela bebeu o café devagar. Pousou a xícara.

— Minha avó dizia que o TAJÁ tem muitas formas. Algumas crescem no chão. Algumas em outros lugares.

— Isso não é uma resposta.

— Não — concordou ela. — Mas é o que tenho.

Antes de ir, colocou sobre a mesa um cartão com um número escrito à mão.

— Se ele disser alguma coisa sobre o Uraricoera — disse — me liga antes de escrever. Antes, não depois.

— Por quê?

— Porque sobre o Uraricoera ele mente. Sempre.

Saiu sem esperar resposta.

De volta ao quarto, parei na porta.

O cheiro estava lá. Não forte — apenas presente, como algo que havia ficado depois de alguém. Ervas que eu não conseguia identificar, com aquela qualidade vegetal e úmida que eu havia sentido pela primeira vez na casa de K.

Abri a janela. O calor de Boa Vista entrou. O cheiro ficou.

Não escrevi isso no diário naquela noite. Pensei que era sugestão. Pensei que estava cansado.

Sessão II — continuação

— Quero entender o garimpo — disse. — Especificamente o que aconteceu no território Yanomami entre 2019 e 2023.

K. olhou para o lavrado além do muro com uma expressão que, em qualquer outro rosto, eu chamaria de nostalgia.

— O garimpo — disse ele finalmente — é minha obra mais sofisticada. Não pela escala. Pela elegância.

Fez uma pausa. Quando voltou a falar, o tom era levemente diferente — mais distante, como quem recita de memória algo muito antigo.

— Os primeiros garimpeiros chegaram pelo Uraricoera em 1887. Os Yanomami chamavam de Omama Xawarari — os espíritos do metal. — Pausa. — Eu os ajudei a atravessar as corredeiras do Furo de Santa Rosa.

Parei de escrever.

— Estamos falando do garimpo de 2019 — disse eu.

Ele piscou uma vez. Uma expressão que durou menos de um segundo — não surpresa, mas recalibração.

— Sim. — Pausa brevíssima. — O método é o mesmo.

— Elegância é brutalidade organizada — disse. — O mercúrio que desce pelo rio sem pressa. — Pausa. — Trezentos e nove por cento.

Parei de escrever.

— Desculpe?

— Expansão das áreas garimpadas na Terra Indígena Yanomami entre 2018 e 2022. Trezentos e nove por cento. — Pausa. — Oitenta e quatro por cento da população com mercúrio acima do limite da Organização Mundial da Saúde. Quinhentos e setenta óbitos infantis entre 2019 e 2022. Quatrocentos e noventa e cinco por causas evitáveis. — Pausa mais longa. — Taxa de mortalidade infantil 9,6 vezes

maior que a média brasileira. Comparável à República Centro-Africana.

Olhei para ele.

— Esses são números públicos — disse eu. — Do INPE. Do Ministério da Saúde.

— São números de gestão — respondeu, sem olhar. — O senhor os lê como catástrofe. Eu os leio como resultado. — Pausa. — Catástrofe seria descontrolado. Isso foi planejado.

— E as facções? — perguntei, depois de um momento.

— Franquias — disse. — Estabeleço as condições. Elas crescem sozinhas. Como o TAJÁ.

— Como o TAJÁ?

Pela primeira vez, ele sorriu de um jeito diferente. Menor. Mais verdadeiro.

— Uma planta que consome o próprio dono se não for bem cuidada. — Levantou-se. — Eu aprendi a cuidar bem da minha.

Parou na soleira.

— Quer ver o quarto agora, professor?

K. estava no meio de uma frase quando o telefone tocou.

Não era um celular — era um telefone fixo, num aparelho antigo de baquelite preta sobre a estante. Tocou uma vez. Parou. Tocou de novo.

K. levantou um dedo — um momento — e foi até o aparelho.

Ficou em silêncio por talvez dez segundos. Ouvi uma voz do outro lado — masculina, rápida.

K. disse apenas:

— Agora.

Desligou. Voltou para a poltrona. Pegou a xícara. Bebeu.

— O senhor perguntava sobre as facções — disse, como se não tivesse havido interrupção.

Quatro minutos depois — eu havia olhado para o relógio sem saber por que — uma coluna de fumaça começou a subir atrás das árvores ao norte do bairro. Espessa, cor de cobre, em linha reta no ar parado.

K. não olhou para a janela.

Escrevi no caderno: 4 min.

Fechei o caderno sobre a anotação.

O gravador continuava ligado. Eu devia ter dito não.

Disse sim.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 16 de março de 2024 — noite

O gravador não está na mochila.

Procurei três vezes. Esvaziei tudo sobre a cama. Não está.

Tenho o celular com as gravações de backup. Perdi o aparelho e a qualidade de áudio das duas primeiras sessões.

Não é o gravador que me preocupa. É que não me lembro de ter saído da varanda sem ele.

Liguei para a Defesa Civil de Roraima às vinte e uma horas. A atendente confirmou um foco no lavrado entre os bairros Caranã e Cauamé, registrado às 10h37. Início estimado: entre 10h30 e 10h35.

Fiquei olhando para o número que havia anotado: 4 mín.

Pesquisei os dados depois.

INPE, MapBíomas, relatórios do IBAMA. Os números que K. havia citado estavam todos lá — não aproximados, não interpretados. Exatos.

Roraima: 309% de expansão garimpeira entre 2018 e 2022.

Amazonas: 89%.

Acre: 45%.

Rondônia: 67%.

A diferença não é geográfica. Todos têm fronteira, floresta, terra indígena, dificuldade de fiscalização. A diferença é de ordem. Alguém garantiu que o resultado

em Roraima fosse três vezes maior do que nos estados vizinhos. Alguém com acesso às variáveis certas.

K. havia dito: "Eu crio condições."

Os dados do satélite confirmavam.

Fiquei olhando para as tabelas até as duas da manhã. Depois fechei o notebook.

Não dormi.

Às duas da manhã fui até a máquina de gelo no corredor. Na volta, parei.

No chão em frente à minha porta havia uma folha. Grande, lisa, verde-escura quase preta nas bordas. O tipo de folha que não existe em nenhuma planta ornamental de hotel.

Fiquei olhando para ela por um tempo.

Quando abri a porta e me virei para pegá-la, não estava mais lá.

Entrei no quarto. Tranquei a porta. Não escrevi nada sobre isso.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 17 de março de 2024

Encontrei Iara de novo no café da manhã. Desta vez sozinha, com um caderno cheio de anotações em Macuxí e português.

Conversamos por duas horas. Sobre Koch-Grünberg, sobre o Kanaku, sobre a diferença entre o Canaimé como categoria etnográfica e o Canaimé como presença operante. Ela fazia essa distinção com uma clareza que me perturbou — não a clareza de quem estudou, mas de quem cresceu sabendo.

— Minha avó atravessou o Tacutu em janeiro de 1969 — disse ela, como quem menciona um dado geográfico. — Com o gado que sobrou e três filhos. Minha mãe tinha dois anos. — Pausa. — Bonfim tinha três casas.

— O que ficou do outro lado era das famílias Hart e Melville. Era também de famílias Macuxí que haviam construído junto com eles durante gerações. Burnham bombardeou tudo. — Fechou o caderno. — Eu faço demarcação de terras porque não quero que isso aconteça de novo do lado de cá.

— E K.? Você o conhece?

— Ele conhece minha família há muito tempo — disse. — Isso não é a mesma coisa que eu o conhecer.

Às dezessete horas liguei para Iara.

K. havia dito que o mercúrio no Uraricoera era consequência de operações independentes. Repetí para ela palavra por palavra.

Silêncio do outro lado.

— Ele disse que não há coordenação central.

— Sim.

— Então me explica isto.

Ela chegou com uma pasta fina. Dentro, três documentos: relatório técnico da FUNAI, inquérito do MPF, planilha com coordenadas e datas.

— Quinze pontos de despejo no Uraricoera, todos num raio de quarenta quilômetros, todos operando no mesmo turno — entre duas e quatro da manhã. — Pausa. — Operações independentes não têm turno. Isso tem gerência.

— Por que o inquérito foi arquivado?

— O procurador pediu transferência para Brasília. Motivos pessoais.

— K. sabia que eu verificaria — disse eu.

— Sim. Por isso mentiu. — Pausa. — Pode ser bom. Pode ser muito ruim.

Antes de se levantar:

— Amanhã quero te mostrar uma coisa. Saímos às seis. Roupa que você não se importe em sujar.

Quando nos despedimos, ela segurou meu braço por um segundo e disse:

— Termine rápido, professor. E vá embora. Não fui.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 18 de março de 2024

Sáímos às seis numa caminhonete velha com um motorista Macuxí que não disse o nome e não falou durante as duas horas e meia de estrada.

A aldeia ficava a cento e vinte quilômetros de Boa Vista, numa terra que ainda aguardava homologação — processo parado havia quatro anos.

Uma mulher velha me mostrou o filho. Tinha onze anos e ficava na rede desde outubro. Não conseguia comer sem vomitar. Fígado aumentado — ela mostrou com as mãos a extensão.

Mercúrio, disse Iara. Intoxicação crônica.

Fiquei olhando para o menino na rede.

Pensei em K. descrevendo o garimpo como sua obra mais sofisticada. A elegância do método. A criança Yanomami com o fígado comprometido que nenhum laudo explica completamente.

Ele havia descrito esta criança. Nesta rede.

No caminho de volta, Iara disse:

— Quando você escrever, metade das pessoas vai achar que é ficção.

Era exatamente o que K. havia dito. As mesmas palavras, na mesma ordem.

Não disse isso a ela.

Mas escrevi no caderno:

Quem está usando quem aqui?

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 19 de março de 2024 — porto fluvial

Fui ao porto às seis da manhã, por dica de Iara: “Se quiser entender a logística do garimpo, não vá ao garimpo. Vá aonde os suprimentos saem.”

No terceiro café, um homem se sentou na minha mesa sem pedir licença.

— Você é o professor — disse. Não era pergunta.

— Iara disse que você podia ser falado.

Tinha uns cinquenta anos, cabelo grisalho, mãos de piloto. Disse que se chamava Raimundo. Não disse sobrenome.

As rotas para o garimpo ilegal não mudam por acidente. Há uma frequência de rádio que transmite alertas de operação policial com antecedência suficiente para as aeronaves desviarem. Ele conhecia três pilotos que haviam tentado parar. Um teve o certificado cassado. Outro bateu o monomotor numa pista de terra.

— E você?

— Faço rota de carga legal. Há três anos.

— O que mudou?

— Tive um sonho. Com um homem que nunca havia visto. Ele me disse o nome da minha filha, o nome da escola dela, o nome da professora. — Pausa. — Acordei e liguei para minha mulher. Ela confirmou o nome da professora, que havia mudado no início do ano e eu não sabia.

Paguei o café dele e o meu.

Na saída, sem olhar para mim:
— O homem do sonho usava linho branco.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 20 de março de 2024 — manhã

Batí na porta do quarto dela às oito da manhã. Sem resposta.

A funcionária da recepção disse que Iara havia feito o checkout às 3h47 da manhã. Bagagem levada. Conta paga em dinheiro.

Liguei para o número que ela havia me dado. Caixa postal.

Fui ao escritório do MPF na Avenida Ville Roy. Uma funcionária me disse que Iara estava em campo, sem previsão de retorno.

— Campo onde?

— Serra — disse a funcionária. A vagueza não era desinformação. Era proteção.

Voltei para o hotel. Havia um caderno de capa preta sobre a minha mesa — não sei quando chegou lá. Anotações em Macuxí e português. Mapas do Kanaku desenhados à mão.

A última página tem algo escrito em português. Não li ainda.

Tenho medo de ler.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 21 de março de 2024 — manhã

Alguém entrou no quarto.

Sem sinal de arrombamento. Fechadura íntacta, janela trancada por dentro. Mas três coisas fora do lugar: o caderno virado, o notebook desligado, a mochila com o zíper aberto.

Não levaram nada.

Então entraram para verificar o que eu tinha. Não para levar.

O gerente verificou o sistema de acesso na minha frente.

— Nenhum acesso não autorizado registrado, senhor.

O que me perturba não é que entraram. É que não levaram as gravações. Quem entrou já sabe o que está nelas.

Fui à Sessão III com o celular no bolso do casaco e o caderno dentro da camisa, contra o peito.

Numa esquina a três quadras da casa de K., um carro preto estava estacionado com o motor ligado. Não havia ninguém visível dentro. Quando o táxi passou, o carro não se moveu.

Posso ter imaginado.

Provavelmente imaginei.

Sessão III

Bati na porta de K. às quatorze horas.

O corredor era mais longo do que a planta da casa permitia.

Percebi isso depois de alguns passos. As paredes eram brancas, sem quadros. A luz vinha de algum lugar que não era o teto. K. caminhava à minha frente sem olhar para trás.

— Quantos quartos tem a casa? — perguntei.

— Depende de quem pergunta — respondeu ele, sem parar.

A temperatura caía a cada passo. Não o frio do ar-condicionado. Outro frio. Úmido, com cheiro de terra e de algo vegetal, fermentado, antigo.

Parei.

— Esse cheiro — disse.

K. parou. Virou-se.

— A maioria dos visitantes só percebe quando abre a porta — disse.

— Que visitantes?

Ele não respondeu. Abriu a porta do fundo.

O quarto era escuro. K. não acendeu a luz — apenas abriu a porta e recuou um passo, como quem apresenta algo que se apresenta sozinho.

No centro do quarto, no lugar onde deveria estar uma cama, havia uma construção baixa de terra escura, compactada, com formato oval, de uns dois metros de comprimento. Dela crescia uma planta — larga, de folhas enormes e lisas, verde-escura quase preta nas bordas, com nervuras que pulsavam levemente.

O TAJÁ.

— Você dorme aqui — disse. Não era pergunta.

— Durmo sobre ela — corrigiu K. — Alimentar e ser alimentado. — Pausa. — O senhor conhece reciprocidade, professor. É o fundamento da antropologia.

— Nós a trouxemos do Kanaku em 1987 — disse, quase para si mesmo. Parou. Uma pausa de talvez quatro segundos durante a qual não se moveu de forma alguma — nem os olhos, nem o peito. — Eu a trouxe — corrigiu, voltando ao singular. — Eu mesmo.

Não perguntei quem eram os outros.

A planta não se movia. Mas havia algo nela que me dava a impressão de que sabia que eu estava ali.

— O que ela precisa para crescer? — perguntei.

K. ficou em silêncio.

— O senhor realmente quer saber?

Não respondi.

— Isso — disse ele — é a resposta certa.

Fechou a porta devagar.

Estávamos de volta à sala quando a campainha tocou.

K. abriu a porta sem verificar quem era. Como se soubesse.

O homem na porta tinha uns quarenta e cinco anos, roupa civil, postura de quem está acostumado a que os outros recuem. Cabelo curto, óculos escuros que não tirou.

Ficou na soleira.

— Está resolvido. O laudo saiu como o senhor pediu.

— O médico?

— Cooperou.

— A família?

— Aceitou o acordo.

— O enterro é quando?

— Amanhã.

— Mande flores — disse K. — Lírios. Não rosas.

O homem foi embora. K. fechou a porta.

— Quem era? — perguntei.

— Alguém que resolve coisas.

Na porta da rua, K. apertou minha mão com firmeza.

— Mesma hora na semana que vem, professor.

Atravessei o jardim. Na calçada, parei.

A rua estava bloqueada a uns cem metros. Uma ambulância parada, luz girando sem sirene. Dois policiais desviando o trânsito. E no chão, coberto por um lençol branco, um vulto que não era pequeno.

Fiquei olhando por um momento que não sei medir.

Peguei o táxi na esquina seguinte, sem perguntar nada para ninguém.

Naquela noite pesquisei no G1 Roraima: nenhuma matéria sobre morte na região do River Park. No dia seguinte, nada. No terceiro dia, uma breve nota policial: homem encontrado sem vida, causa a apurar. Nenhum nome. Nenhuma foto. Nenhuma investigação anunciada.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 22 de março de 2024

Não consigo escrever o que vi no quarto de forma científica. Tentei três vezes.

Vi uma planta. Vi um homem que dorme sobre ela. Vi um quarto que não cabia na planta da casa. Senti um frio que não era mecânico.

Liguei para a Profa. Hilda. Desta vez contei mais.

— Hector — disse ela finalmente — você sabe o que diz a etnografia sobre pessoas que recebem visita do Canaimé?

— Que ele as mata.

— Que ele as mata devagar — corrigiu ela. — Que elas continuam andando, falando. Mas que o processo já começou quando a pessoa percebe.

— E o chá?

Ela não respondeu imediatamente.

— Vai embora de Boa Vista, Hector.

Desliguei o telefone. O lavrado ao longe estava cor de palha seca, sem vento.

Não fui embora.

Marquei a Sessão IV para a semana seguinte.

Não sei mais se estou pesquisando K. ou se K. está pesquisando a mim.

Koch-Grünberg escreveu numa nota de rodapé que ninguém cita: “O pesquisador que permanece tempo demais entre os Taurepang começa a ver o mundo com os olhos deles. Não sei se isso é método ou contaminação.”

Começo a entender o que ele quis dizer.

Antes de dormir, tirei os sapatos.

A sola do sapato direito tinha terra escura. Uma terra diferente da terra de Boa Vista — mais escura, mais úmida, com aquele cheiro.

Não entrei em nenhum lugar com terra hoje. Só andei em calçada, em chão de casa, em asfalto.

Deixei o sapato no banheiro. Fechei a porta.

Não dormi bem.

SESSÃO IV

Cheguei dez minutos antes do horário.

K. já estava na sala.

De pé diante da estante, segurava um processo encadernado. Quando me viu, fechou-o e colocou-o sobre a mesa, com a capa virada para baixo.

Não consegui ler o número.

— O professor está com olheiras.

— Dormi mal.

— Sonhou?

Não respondi imediatamente.

— Com o corredor.

K. assentiu.

Como se eu tivesse confirmado uma previsão.

— Isso passa.

Esperou.

— Ou o senhor se acostuma.

Foi até a poltrona.

— No fim, é a mesma coisa.

Liguei o gravador.

A fita começou a girar.

— Quero falar sobre política.

K. cruzou as pernas.

— Política é uma palavra grande.

— Sobre os mecanismos.

Ele repetiu:

— Mecanismos.

Houve um pequeno sorriso.

— Melhor.

— Por quê?

— Corrupção é uma palavra moral. Mecanismo é uma palavra de relojoeiro.

Olhou para o gravador.

— E relógios não sentem culpa.

Abri o caderno.

— Roraima virou estado em 1988. Antes disso era território federal. Governadores nomeados, administrações provisórias, gente que chegava sem conhecer e partia antes de entender.

— Sim.

— Isso criou alguma coisa.

K. me olhou.

— Um hábito.

— Qual?

— O de não pertencer.

Esperai.

— Quem acredita que vai embora não constrói uma casa, professor. Ocupa um quarto.

Pegou a xícara.

— Usa a cama. Abre a torneira. Deixa a luz acesa.

Bebeu um gole.

— Depois entrega a chave.

— Está dizendo que o Estado nasceu provisório.

— Estou dizendo que muita gente aprendeu a morar nele como hóspede.

Anotei.

— E o dinheiro público?

— Dinheiro de casa ninguém desperdiça.

— E dinheiro de hotel?

K. sorriu.

— O senhor está aprendendo.

Olhei para minhas anotações.

— Você criou isso?

— Não.

A resposta veio imediata.

— Quando cheguei, a porta já estava aberta.

— E o que você fez?

— Descobri que ninguém perguntava quem tinha a chave.

Silêncio.

Passei à página seguinte.

— Quero falar das operações.

O sorriso desapareceu.

— Vocês gostam muito delas.

— Quem?

— Jornalistas. Policiais. Pesquisadores.

— Por quê?

— Porque operações têm nomes.

Recostou-se.

— Nomes dão a impressão de que alguma coisa começou.

— E não começou?

— Quando a polícia chega, professor, quase sempre já terminou.

Fiquei olhando para ele.

— CESSATIO.

K. inclinou ligeiramente a cabeça.

Reconhecimento.

Nada mais.

— O senhor leu.

— Sete escritórios de advocacia. Documentos falsos.

Benefícios concedidos irregularmente. Milhões desviados.

— Sim.

— Migrantes venezuelanos usados no esquema.

K. pegou a xícara.

— Gente que chegou sem conhecer a língua. Sem entender os documentos. Sem saber onde começava o direito e terminava o favor.

— Vulneráveis.

— Disponíveis.

Levantei os olhos.

— Você está descrevendo pessoas.

— Eu sei.

— Como matéria-prima.

K. bebeu o chá.

— Não fui eu quem as transformou nisso.

— Mas você se aproveitou.

Ele pousou a xícara.

— Professor, quando a água encontra uma rachadura, o senhor culpa a água?

— Pessoas não são água.

— Não.

Pausa.

— São muito mais engenhosas.

Não escrevi.

— E os Gafanhotos?

Dessa vez o silêncio foi diferente.

K. olhou para algum ponto atrás de mim.

— Ah.

Só isso.

— Seis mil funcionários fantasmas.

— Talvez.

— Centenas de milhões.

— Provavelmente.

— Você não sabe?

Ele sorriu.

— Sei.

— Então por que "talvez"?

— Porque o número nunca foi a parte importante.

— Qual era?

K. inclinou-se para a frente.

— A folha existia.

Esperei.

— Os nomes existiam. As assinaturas existiam. Os pagamentos existiam. Os órgãos de controle existiam.

Abriu as mãos.

— Tudo existia.

— Menos os funcionários.

— Exatamente.

O gravador girava entre nós.

— Era uma fraude.

— Era uma folha de pagamento.

— Com pessoas que não trabalhavam.

— Isso acontece em muitos lugares.

— Seis mil?

K. sorriu.

— A quantidade transforma a natureza de uma coisa?

Não respondi.

Ele continuou:

— Um homem recebe sem trabalhar. O senhor chama de fraude.

Fez uma pausa.

— Seis mil recebem.

Outra pausa.

— O senhor chama de sistema.

Anotei.

K. observou minha mão.

— Essa o senhor gostou.

Ignorei.

— A Assembleia estava envolvida. O Tribunal de Contas. A Polícia Civil.

— Sim.

— Quem deveria fiscalizar fazia parte.

— Agora o senhor chegou ao ponto interessante.

— Qual?

K. levantou-se.

Caminhou até a janela.

— Um ladrão precisa correr quando escuta a polícia.

Olhou para fora.

— Mas e quando a polícia está sentada à mesa?

Não escrevi.

— Isso é captura institucional.

Ele continuou olhando o lavrado.

— Se o senhor prefere.

— É exatamente isso.

— Talvez.

Virou-se.

— Eu chamaria de jantar.

Silêncio.

— Todos comem.

Voltou para a poltrona.

— Uns mais.

— A Operação Praga do Egito prendeu cinquenta e três pessoas.

— Prendeu.

— E depois?

K. deu de ombros.

— Depois veio o tempo.

— O tempo?

— É o melhor advogado que conheço.

Peguei a caneta.

— Você está dizendo que o tempo produz impunidade?

— Não.

— Então o quê?

— Cansaço.

A palavra veio baixa.

— Primeiro as pessoas se indignam. Depois acompanham. Depois confundem os nomes.

Olhou para mim.

— Depois aparece outro caso.

— E esquecem.

— Não exatamente.

— O que fazem?

— Aprendem.

— Aprendem o quê?

K. demorou um pouco.

— Que amanhã haverá outro.

O ar-condicionado ligou com um estalo.

— E a pandemia?

K. não respondeu.

— Respiradores. Equipamentos. Contratos
emergenciais. Sobrepreço.

Ele olhou para a janela.

— Urgência.

— É isso?

— É muito.

— Pessoas estavam morrendo.

— Eu sei.

— E alguém viu nisso uma oportunidade.

K. voltou os olhos para mim.

— Professor, incêndios são terríveis.

Esperiei.

— Mas vendem muita água.

Senti alguma coisa no estômago.

— Você fala disso como mercado.

— Porque foi tratado como mercado.

— Pessoas morreram.

K. ficou imóvel.

Pela primeira vez, pensei que não responderia.

Então disse:

— Pessoas sempre morrem.

Fechei o caderno.

Ele continuou:

— A diferença é que, às vezes, alguém descobre como faturar antes.

Não abri o caderno novamente.

Ficamos alguns segundos em silêncio.

— E o dinheiro na cueca?

K. me olhou.

Algo mudou em seu rosto.

Quase divertimento.

— Ah.

— O senador.

— Sim.

— Dinheiro escondido na roupa. Dólares. Cofre.

— Valores pequenos.

— Não para quem não tem.

— Para o sistema.

— Então por que aquilo foi tão grande?

K. sorriu.

— Porque podia ser fotografado.

Não respondi.

— Ninguém fotografa um orçamento, professor.

A frase veio devagar.

— Ninguém coloca uma licitação na primeira página e espera que o leitor sinta alguma coisa.

Fez um gesto com os dedos.
— Mas dinheiro dentro da roupa...
Sorriu.
— Isso todos entendem.
— E não aconteceu nada.
— Aconteceu.
— O quê?
— A fotografia.
— Estou falando de punição.
— Eu também.
Fiquei olhando para ele.
K. inclinou ligeiramente a cabeça.
— Cinco anos.
— Sem punição.
— Exatamente.
— Isso demonstra impunidade.
— Não.
— O quê, então?
Ele olhou para mim.
— Hierarquia.
A palavra ficou entre nós.
— Algumas pessoas aprendem que a regra existe.
Pausa.
— Outras aprendem para quem ela existe.
Escrevi.
Quando terminei, K. continuava me observando.
— O tempo resolve — disse.
— Você já falou isso.

— Porque funciona.
— As pessoas esquecem.
— As pessoas precisam esquecer.
— E você garante isso?
— Eu ajudo.
— Como?
— Dando-lhes outra coisa para olhar.
Levantei os olhos.
— Você administra escândalos.
— Não.
— Administra o quê?
K. sorriu.
— Atenção.
Silêncio.
O gravador continuava girando.
Olhei para ele.
— Você está mentindo.
O sorriso desapareceu.
Não completamente.
Primeiro da boca.
Depois dos olhos.
K. levantou-se.
Foi até a estante.
Retirou um documento.
Colocou-o diante de mim.
Abri.
Reconheci o cabeçalho.

Relatório de Fiscalização nº 201900842 da CGU.

O mesmo documento que eu havia consultado dois dias antes.

Na Superintendência Regional.

Fechei a pasta.

— Como conseguiu isso?

K. voltou para a poltrona.

Cruzou as pernas.

— O senhor ficou bem naquela camisa azul.

Não me movi.

— Na CGU — acrescentou.

Pausa.

— Quarta-feira de manhã.

Senti a boca seca.

Coloquei o documento sobre a mesa.

Não havia nada a perguntar.

Ou havia perguntas demais.

K. não terminou a frase.

A campanha tocou.

Ele não se levantou imediatamente.

Esperou.

Um.

Dois.

Três segundos.

Eu contei.

Então foi até o hall.

Voltaram juntos.

O homem tinha cerca de cinquenta anos. Terno escuro, gravata afrouxada, uma pasta fina de couro debaixo do braço.

Não me viu imediatamente.

Ou decidiu não me ver.

K. fez a apresentação:

— Professor Todesquine. Pesquisador. Campinas.

O homem assentiu para mim com a cordialidade de quem reconhece a presença de um móvel.

Colocou a pasta sobre meu caderno.

Sem pedir licença.

— Está tudo encaminhado. A votação é quinta.

K. não tocou na pasta.

— E o servidor?

— Pediu exoneração esta manhã.

— Voluntariamente?

Houve uma pausa.

Curta demais.

— Sim.

K. ficou em silêncio.

Depois perguntou:

— O filho dele está em que série?

O homem piscou.

— Não sei.

— Descubra.

— Por quê?

K. olhou para ele.

— É importante saber essas coisas.

O homem pegou a pasta.

Foi embora.
A porta fechou com um som seco.
K. voltou para a poltrona.
— Onde estávamos, professor?
Olhei para o caderno.
A pasta deixara uma marca retangular na capa.
Passei o dedo sobre ela.
— Nos pontos certos para quebrar.
— Ah.
Recostou-se.
— Sim.
Esperei.
— Toda construção tem.
— Pontos fracos?
— Pontos úteis.
— Para quê?
— Para cair apenas uma parte.
Abri novamente o caderno.
— Você escolhe quem cai.
— Às vezes.
— Para proteger os outros.
— Para proteger o que continua de pé.
— Bodes expiatórios.
K. fez uma expressão de desaprovação.
— Que expressão feia.
— É o que são.
— Não.
— Então?

— Fusíveis.

Silêncio.

— Quando a corrente fica forte demais, alguma coisa precisa queimar.

Olhei para ele.

— E você escolhe o fusível.

— Eu sei quais podem ser substituídos.

— Pessoas.

— Sempre.

— E elas sabem?

K. pensou.

— Algumas.

— E aceitam?

— Professor...

Ele quase sorriu.

— Todo mundo acredita que será a lâmpada.

Pausa.

— Ninguém pensa que será o fusível.

Anotei.

— Isso não é tão diferente do que uma democracia faz — disse. — Sacrifica indivíduos para preservar a própria estrutura.

K. ficou em silêncio.

Dessa vez por mais tempo.

Olhou para a xícara.

Depois para mim.

— Fusíveis, então. Também para o sistema.

— Sim.

— O sistema queima o que ameaça o resto da instalação.

— Exatamente.

K. passou o polegar pela borda da xícara.

— Então talvez sejamos parecidos.

Foi a primeira vez que o ouvi admitir alguma coisa sem ironia.

— A diferença é a intenção — disse finalmente.

— Explique.

— A autocorreção protege o sistema.

Levantou os olhos.

— Eu protejo o que me serve.

— Mas o efeito pode ser o mesmo.

Silêncio.

K. não respondeu imediatamente.

Quando falou, havia alguma coisa diferente na voz.

Não dúvida.

Talvez curiosidade.

— Pode.

Esperei.

— Nunca tinha pensado nisso.

A campainha tocou novamente.

K. não se moveu.

Disse apenas:

— Pode entrar.

Um homem indígena atravessou a sala.

Uns trinta e cinco anos. Roupas simples. Sandálias.
Uma pasta transparente nas mãos.

Caminhou até a mesa.

Colocou a pasta ao lado do meu caderno.

Com cuidado.

Falou em Macuxi.

Rápido.

Baixo.

K. respondeu na mesma língua.

Duas frases.

O homem retirou dois documentos, deixou os demais e saiu.

Não olhou para mim.

K. dobrou os papéis.

Guardou-os no bolso.

— O senhor fala Macuxi?

— Não.

— Pena.

— Por quê?

Ele ajeitou o bolso onde guardara os documentos.

— Há coisas que ficam mais honestas em certas línguas.

Não consegui saber se aquilo era uma provocação.

Lá fora, uma coluna de fumaça subia atrás do lavrado.

Mais espessa que na semana anterior.

Cor de cobre.

— Está queimando.

K. nem olhou.

— Sempre está.

Pegou a xícara.

— Esta época do ano.

Levantou-a em minha direção.

— Mais chá?

Olhei para minha xícara.

Ainda havia um pouco no fundo.

— Não.

K. parou.

A xícara ficou suspensa por um instante.

Foi a primeira vez que eu recusara.

Ele me observou por cima da borda.

Depois assentiu.

Devagar.

Como quem registra uma informação.

— Faz muito tempo que ninguém recusa o chá.

Não respondi.

K. bebeu.

— Não sei ainda o que fazer com isso.

Ainda.

A palavra me incomodou.

Foi a única vez que o ouvi usá-la.

Levantei-me.

K. acompanhou-me até a porta.

Do lado de fora, o céu estava vermelho sobre o lavrado.

Ele olhou para cima.

— As chuvas vêm em abril.

— Sim.

— Quando chegarem, esta casa deixará de ser o que é.

Olhei para ele.

— O que isso significa?

K. ignorou a pergunta.

— Temos mais uma sessão.

— A quinta.

— A última.

Fiquei imóvel.

— Por quê?

Ele pousou a xícara sobre o parapeito.

— Porque o que tenho para dizer cabe em cinco sessões.

— Você sabia disso desde o começo?

— Claro.

— E depois?

— Depois o livro terá o que precisa.

A frase me atingiu com atraso.

— O livro?

K. me olhou.

— Sim.

— E eu?

Ele sorriu.

— O senhor vai embora.

— E você?

— Eu terei outro pesquisador.

A fumaça continuava subindo atrás dele.

— Sempre há outro.

Desci o primeiro degrau.

— Professor.

Virei-me.

— Durma esta semana.

— Por quê?

K. pegou novamente a xícara.

— A última sessão exige atenção.

Atravessei o jardim.

As buganvílias estavam mais secas do que na semana anterior.

Não olhei para trás.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 23 de março de 2024

Recusei o chá.

Sei que K. percebeu.

A maneira como assentiu não era aprovação.

Era registro.

Catálogo.

Durante as quatro sessões, pensei que eu estivesse reunindo informações sobre ele.

Hoje ocorreu-me que talvez estívéssemos fazendo a mesma coisa.

Com uma diferença.

Eu preciso de um caderno.

K. não.

Quando falou sobre o livro, não disse:

"O senhor terá o que precisa."

Disse:

"O livro terá."

Como se o livro já existisse.

Como se estivesse apenas esperando que eu o escrevesse.

Ou, pior:

como se eu fosse apenas a maneira pela qual ele seria escrito.

Abri Koch-Grünberg.

Encontrei uma passagem que havia sublinhado anos atrás:

"O pesquisador que permanece tempo demais entre os Taurepang começa a ver o mundo com os olhos deles. Não sei se isso é método ou contaminação."

Lí novamente.

Depois fechei o livro.

Não consegui continuar.

A Sessão V está marcada.

Vou.

Não sei se essa decisão ainda é minha.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 24 de março de 2024

O DSEI funciona num prédio que parece estar sempre em reforma.

Sem nunca ficar pronto.

Cheguei às nove.

Não tinha hora marcada.

O coordenador saiu de uma reunião.

Viu-me.

Voltou para dentro.

Esperei vinte minutos.

Depois fui embora.

Na calçada havia um homem de uns sessenta anos olhando para o prédio.

Não como quem espera entrar.

Como quem já tinha saído.

— Veio falar dos desvios — disse.

Não era pergunta.

— Tentei.

— Eles não falam.

Continuou olhando para o prédio.

— Com quem conhecem, falam menos ainda.

Chamava-se Osvaldo.

Vinte e dois anos no DSEI.

Aposentou-se em 2021.

Dois meses depois de assinar um documento.

— Que documento?

— Um atesto.

— De quê?

— Recebimento de material.

— Quanto?

— Trezentos e oitenta mil.

— O material chegou?

Osvaldo finalmente me olhou.

— Chegou alguma coisa.

Esperei.

— Soro.

— E o que deveria chegar?

Ele passou a língua pelos lábios.

— Antirretrovirais.

— Por que assinou?

Osvaldo voltou os olhos para o prédio.

Demorou.

— Mostraram uma fotografia.

— De quê?

— Da janela do meu quarto.

Senti alguma coisa apertar meu peito.

— Tírada de onde?

— Do quintal.

— Quando?

— À noite.

Pausa.

— Minha mulher estava na cama. Lendo.

Não escreví.

— A fotografia tinha dois dias.

— Quem mostrou?

— Um rapaz.

— Nome?

— Não sei.

— Como ele era?

Osvaldo pensou.

— Jovem. Bem vestido.

Fez uma pausa.

— Educado.

Essa última palavra pareceu custar mais que as outras.

— Mais alguma coisa?

Ele olhou para mim.

— O cheiro.

— Que cheiro?

— Uma erva.

— Maconha?

— Não.

Balançou a cabeça.

— Outra coisa.

Ficou em silêncio.

— O cheiro ficou na minha roupa o resto do dia.

Peguei o caderno.

Osvaldo pousou a mão sobre ele.

Levemente.

— Você está indo falar com ele.

Olhei para a mão.

Depois para ele.

— Já falei.

— Quantas vezes?

— Três.

Osvaldo retirou a mão.

— Quantas vai fazer?

— Cinco.

Ele assentiu.

Muito devagar.

— Vá embora depois da quinta.

— Por quê?

Osvaldo começou a caminhar.

Deu dois passos.

Parou.

— Não marque uma sexta.

— Por quê?

Ele não se virou.

— Gentileza assim não tem limite.

Continuou andando.

— Esse é o problema.

Abriu o caderno.

Escrevi a primeira linha.

Depois parei.

Ele havia pedido que eu não escrevesse seu nome.

Risquei.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 25 de março de 2024

Fui à CGU.

Nove da manhã.

Levei apenas o número que Iara havia me dado.

Nenhum comentário.

A atendente imprimiu o relatório.

Quarenta e três páginas.

Lí de pé.

Três convênios.

Unidades de saúde em terras indígenas.

Doze milhões e trezentos mil reais.
Unidades não construídas.
Empresas de fachada.
Dinheiro pago.
Paredes que nunca existiram.
Continuei.
Recomendação de ressarcimento.
Tomada de Contas Especial.
Comunicação ao Ministério Público Federal.
A Tomada de Contas havia sido aberta.
Depois suspensa.
Depois enviada a Brasília.
"Questões de competência territorial."
Em análise desde setembro de 2021.
Fiz a conta.
Vinte e nove meses.
Lembrei da voz de K.:
"Está tudo público. Arquivado. Prescrito."
Público.
Verdade.
Arquivado.
Mentira.
Prescrito.
Mentira.
Duas mentiras.
Três palavras.

A mesma voz.
Tírei o celular.
Liguei para Iara.
Cinco chamadas.
Caixa postal.
Tentei novamente à tarde.
Depois à noite.
No terceiro dia percebi que havia parado de ligar.
O que me perturbou não foi ter desistido.
Foi não me lembrar de ter decidido desistir.

DIÁRIO DE CAMPO — H.T.

Boa Vista, 26 de março de 2024

23h12.

Mensagem de um número desconhecido.

Sem nome.

Sem saudação.

"Minha avó carregou munição em 69. Não deixe ele reescrever isso."

Lí três vezes.

Respondi.

A mensagem não foi entregue.

Liguei.

O número não existia.

Dez minutos.

Foi o tempo entre receber a mensagem e descobrir que o remetente já não podia ser encontrado.

Fiquei sentado na cama com o celular na mão.

K. ainda não falou sobre a família dela.

Mas agora sei uma coisa.

Uma coisa que ele não sabe que eu sei.

Ou talvez saiba.

A Sessão V é amanhã.

Vou.

Desta vez, porém, não sei se estou indo para entrevistá-lo.

Ou para descobrir o que ele decidiu me contar.

Sessão V

K. não estava na varanda quando cheguei. A porta estava entreaberta.

A sala estava como sempre. Mas as buganvílias da varanda estavam secas. Não murchas — secas. Como se tivessem perdido a água de uma vez.

— Sente-se, professor.

A voz veio do corredor. Sentei-me. Liguei o gravador. Esperei.

K. apareceu dois minutos depois. Sentou-se. Não trouxe chá.

— O senhor sabe por que o chamei?

— Fui eu que solicitei a entrevista.

— Isso é o que o senhor acredita.

Silêncio.

— Koch-Grünberg — disse K. — O senhor chegou até mim através dele. Através de uma anotação específica. Volume II. Nota de rodapé. Página 340. O senhor leu há onze anos, num seminário em Campinas, e não conseguiu esquecer.

— Como sabe isso?

— Porque fui eu quem colocou aquela nota ali.

O ventilador de teto girava devagar. Lá fora, nenhum pássaro.

— Koch-Grünberg morreu em 1924 — disse eu.

— De febre, em Vista Alegre, no Alto Rio Branco, durante a expedição de Hamilton Rice. Julho de 1924. — Pausa mínima. — Eu estava lá.

Silêncio.

— Os livros não morrem com os autores, professor. E certas anotações são inseridas depois. Não no papel — no olho de quem lê.

Peguei o caderno. Precisava segurar alguma coisa.

— Está me dizendo que me manipulou.

— Convidei — corrigiu ele. — Há uma diferença moral que o senhor vai querer preservar.

— Por que me escolheu?

— O senhor escreve. Tem rigor. Vai registrar sem histeria. — Pausa. — Suficiente para que o registro exista. Insuficiente para que alguém tome providências.

K. levantou-se. Foi até a janela.

Ficou de costas para mim, olhando para o lavrado ressequido além do muro.

Comecei a contar os segundos sem querer. É um hábito de quem grava entrevistas — o silêncio tem peso diferente quando você sabe que está sendo registrado.

Cinco segundos.

Dez.

Os ombros de K. não se moviam.

Quinze segundos.

Percebi o que estava olhando antes de conseguir nomear. Era a ausência. O movimento mínimo que qualquer corpo faz quando respira — a expansão leve das costas, o ritmo quase imperceptível dos ombros — não estava lá. K. estava completamente imóvel. Não a imobilidade de quem pensa ou de quem se concentra. A imobilidade de um objeto.

Vinte segundos.

Olhei para o gravador. A gravação corria no gravador. Isso me pareceu, naquele momento, o único movimento real na sala.

Trinta segundos.

Quarenta.

Não havia reflexo de respiração no vidro da janela. Olhei para confirmar — o sol de Boa Vista entrava de lado, e qualquer exalação teria deixado uma névoa mínima sobre o vidro. Não havia nada.

Cinquenta segundos.

Um minuto.

Peguei o caderno. Depois larguei. Depois olhei para as minhas próprias mãos, que estavam quietas, e percebi que eu também havia parado de respirar — não por medo, mas por uma espécie de contágio involuntário, o corpo tentando igualar o silêncio do outro.

Retomei o ar devagar.

K. continuava imóvel.

Um minuto e vinte.

Levantei-me. Não sei por que me levantei. Não sei o que eu pretendia fazer. Dei dois passos em direção a ele.

Então K. respirou.

Foi um movimento único, lento, como alguém que retoma consciência depois de um sono muito profundo. Os ombros subiram e desceram. As costas se expandiram. E tudo voltou ao normal com a naturalidade de quem acende uma luz — como se a imobilidade nunca tivesse acontecido, como se eu houvesse contado errado, como se o sol de Boa Vista sempre tivesse entrado daquele ângulo e o gravador sempre tivesse girado e eu sempre tivesse estado de pé no meio da sala sem saber para onde ir.

K. virou-se.

— Em que estávamos, professor?

Voltei para a cadeira. Sentei-me. Não mencionei o que havia observado. Ele sabia que eu havia observado. Nenhum dos dois precisava confirmar.

— Ceticismo. Curiosidade. Fascínio. Recusa do chá. E então — a fase em que está agora.

— Que fase?

— Em que já não consegue parar.

Não respondi. Não havia resposta que não confirmasse o que ele havia dito.

— Tudo bem — disse eu. — Continue.

Ele assentiu.

Mas em vez de continuar, ficou em silêncio. Algo mais fundo e menos controlado do que os outros silêncios.

— O senhor quer saber como eu comecei.

— Sim.

— Janeiro de 1969. Eu estava no Kanaku quando eles atravessaram o rio.

Não perguntei quem. Esperei.

— Fazendeiros. Macuxi. Wapishana. Chegaram juntos porque a fronteira havia sido apagada pelo mesmo bombardeio. — Pausa. — Bonfim tinha três casas. Eu as contei.

— O Rupununi — disse eu.

— Os fazendeiros das famílias Hart e Melville haviam planejado uma República. Apoio venezuelano. Treinamento em Santa Teresa. — Pausa. — A Venezuela perdeu a eleição em dezembro de 1968. Caldera não quis saber do assunto. E os fazendeiros se viram sozinhos em Lethem com armas e sem apoio.

— Três dias.

— Três dias. Depois atravessaram o Tacutu. — Pausa. — E a Venezuela os levou para Ciudad Bolívar. Apartamentos populares do governo Leoni. Leoni que perderia a eleição dias depois.

Quando continuou, algo no tom havia descido um degrau.

— Não foi o sangue. Morreram três soldados. Há um monumento em Georgetown. O conflito foi pequeno. — Pausa. — Foi o cheiro.

— Que cheiro?

— De quem perdeu tudo e ainda não sabe.

Silêncio.

— Me condensei a partir deles. Existia uma potência no Kanaku — algo que o território acumulou durante séculos de missões, de tropas de resgate, de descimentos forçados. Precisava de um momento específico para ganhar forma.

— Você nasceu de uma traição política.

— De várias — disse. — A Venezuela traiu os fazendeiros. Burnham traiu os Macuxi. O Brasil traiu os fugitivos. — Pausa longa. — Eu não tenho lado. Nunca tive.

— E os que atravessaram para Bonfim?

K. ficou em silêncio. Era algo mais antigo e menos nomeável.

— Bonfim cresceu. Lethem ficou do outro lado como uma ferida aberta. As filhas deles fizeram faculdade em Manaus. Uma delas fez direito. Voltou para defender as terras que a família havia perdido. — Olhou para mim. — O senhor a conheceu, professor. No Hotel Aipana.

Fez uma pausa. Depois acrescentou, com a mesma voz de sempre:

— A família dela sempre esteve do lado errado da revolta. Os avós se opuseram aos fazendeiros. Por isso sobreviveram. Por isso puderam atravessar.

— Isso não é verdade — disse eu.

K. parou. Foi a primeira vez que o vi parar no meio de uma frase que ainda não tinha começado.

— A avó dela carregou munição — disse eu. — Durante dois dias, entre as fazendas. Tinha dezesseis anos. Não se opôs a nada. Participou.

Silêncio. Não o silêncio de sempre — outro, mais fino.

— Quem te disse isso — perguntou K., e não era pergunta, era outra coisa: a primeira vez que ouvi nele algo parecido com necessidade.

Não respondi.

K. olhou para o lavrado por um tempo mais longo do que qualquer pausa anterior.

— Talvez eu tenha confundido a família — disse, finalmente. — Há muitas travessias. Depois de cinquenta anos, os nomes se sobrepõem.

Não era uma confissão. Mas era, pela primeira vez, uma retirada.

Anotei isso com mais cuidado do que qualquer outra coisa naquela sessão.

Ficamos em silêncio por um momento.

— Você se descreve como administrador — disse eu.

— Mas o que você administra, concretamente, é a falência do Estado.

K. me olhou com algo que não era surpresa nem concordância.

Era atenção genuína.

O tipo que ele reservava para perguntas que considerava bem formuladas.

— Falência pressupõe que funcionou antes — disse.

— Roraima nunca funcionou de outra forma.

Pausa.

— O Estado chegou aqui como instrumento de controle federal. Não como construção coletiva.

Quarenta e cinco anos de território administrado por governadores nomeados.

Média de dezesseis meses no cargo.

— Nenhum veio para construir. Vieram para administrar a extração e ir embora.

— E você herdou essa estrutura.

— Não herdei — corrigiu ele, com a precisão de sempre.

— Me condensei dentro dela.

Há uma diferença.

— Herdar pressupõe continuidade de pessoa.

Escrevi isso.

Reli.

Continuei.

— Em 1988 — disse K. — quando Roraima virou estado, foi preciso construir tudo ao mesmo tempo.

Governo eleito. Assembleia. Tribunal de Contas. Ministério Público. Defensoria. Secretarias. Sistemas de arrecadação.

— Sem massa crítica de servidores. Sem cultura administrativa.

Pausa.

— Isso não é crítica histórica.

— É descrição de oportunidade.

— Onde há pressa sem controle, eu prospero.

— Vácuo de poder — disse eu.

K. fez que não.

Quase distraído.

— Noventa e três vírgula oito por cento — disse ele.

— Das receitas?

— Transferências.

Olhou para mim como se a precisão do número devesse me interessar mais do que interessava.

— O PIB deste estado depende do dinheiro que chega de fora.

— Você sabe todos esses números de memória?

K. me olhou como se a pergunta fosse infantil.

— Eu não preciso saber os números, professor.

Pausa.

— Preciso saber quem espera o dinheiro chegar.

— A fórmula que os pesquisadores usam — disse eu — é corrupção igual a monopólio mais discricionariedade menos transparência.

K. considerou a frase.

Como quem prova um prato estranho.

— Vocês gostam de fórmulas.

— Eu prefiro portas.

Pausa.

— Uma porta com uma única chave.

— Guardada por um homem que não presta contas a ninguém.

— Isso é tudo que precisa existir. O resto se resolve sozinho.

— E em Roraima essa porta existe.

— Em Roraima essa porta é a única porta.

— Projeto de quem? — perguntei.

— O senhor continua procurando o primeiro culpado — disse K.

— E não existe?

— Nunca existe um primeiro.

Um homem abre uma porta.

Outro percebe que ela ficou aberta.

Um terceiro entra.

— Depois de algum tempo, ninguém se lembra de quem tinha a chave.

— E você?

K. sorriu.

— Eu chego quando todos já estão dentro.

Parei de escrever por um momento.

— Os estudos mais recentes — disse eu — chamam isso de captura e reconfiguração cooptada do Estado.

— Não se compra um agente. Reformata-se a instituição inteira.

— Então não basta comprar um homem — disse K., quase para si mesmo.

— É preciso mudar a casa onde ele trabalha.

Levantou-se.

Foi até a janela.

— É preciso deixar a casa exatamente onde está.

As mesmas paredes.

As mesmas portas.

A placa na entrada.

Os funcionários chegando pela manhã.

Virou-se para mim.

— Só é preciso mudar para quem ela obedece.

— Isso não é o mesmo que corrupção — disse eu.

— Corrupção é quando alguém sai da estrada, professor.

— Aqui foi diferente.

— Diferente como?

— Mudaram a estrada.

Silêncio.

— Depois mudaram as placas.

— E, quando todos aprenderam o novo caminho, ninguém mais se lembrava de que existira outro.

O ventilador de teto girava devagar.

Lá fora, nenhum pássaro.

— As instituições desapareceram — disse eu.

— Nada desapareceu, professor.

— Esse é o erro de quem olha de fora.

O Tribunal continua lá.

A Assembleia abre todas as manhãs.

Os carros oficiais circulam.

Os processos recebem números.
— Então tudo funciona.
— Tudo funciona perfeitamente.
— Então qual é o problema?
K. olhou para mim.
— Funciona para mim.
— Captura do Estado — disse eu, ainda tentando fechar o conceito em uma palavra.
— Se o senhor prefere.
— Reconfiguração institucional?
K. deu de ombros.
— Vocês precisam dar nomes às coisas depois que elas acontecem.
— E você chama de quê?
Ele olhou para o lavrado.
— Condições.
A palavra ficou entre nós.
— Eu crio condições.
— O resto, professor, as pessoas fazem sozinhas.
O ventilador de teto girava devagar.
Lá fora, nenhum pássaro.
— E o Judiciário — disse eu.
— O Judiciário é o mais delicado.
— Não se captura diretamente. Captura-se por saturação.
Processos que demoram décadas.
Réus que morrem antes da sentença.
Recursos que se multiplicam.
Pausa.
— O senhor já viu esse padrão. Na fotografia do senador.

— É o mesmo princípio, em escala menor: a saturação faz o sistema esquecer por cansaço, não por decisão.

Olhou para mim.

— Isso não é falha do sistema.

— É o sistema operando conforme foi reconfigurado.

— E as eleições — disse eu. — Governadores cassados. Um, depois outro, depois outro. Três cassações em poucos anos.

— Cassação é custo de manutenção — disse K., com aquele tédio que reservava para o óbvio. — O eleitor roraimense reconduz sistematicamente ao poder agentes envolvidos em escândalos. Não é resignação. É aprendizado. — Pausa. — Quem fica na fila enquanto todos furam não é o mais honesto, professor. É o mais lento. — Inclinou levemente a cabeça. — Isso, cedo ou tarde, todo mundo aprende.

— Você leu os estudos — disse eu.

— Li tudo — disse K. — Sempre leio tudo que escrevem sobre mim. — Pausa mínima. — É uma forma de controle de qualidade.

Silêncio.

— E os que tentaram romper — disse eu. — O pajé Aleixo. A procuradora. O deputado com o AVC.

— Não foram atos meus — disse K., com a precisão de sempre. — Foram consequências de soberania seletiva. — Pausa. — O Estado exerce controle onde quer e quando quer. Nas fronteiras, nos territórios de difícil acesso, nos setores onde a fiscalização é cara, o Estado aparece de forma intermitente. Nesse espaço intermitente, outras formas de ordem se instalam. — Olhou para mim. — Quem tenta romper essa ordem não está lutando contra mim. Está lutando contra a própria arquitetura do território. E a arquitetura não tem sentimentos.

Ficamos em silêncio por um momento longo. O gravador girava. O ventilador girava. O lavrado além do muro estava imóvel e seco e cor de palha velha.

— Por que me contou tudo isso? — disse eu.

K. me olhou por um longo momento.

— Porque o senhor vai publicar. Metade vai achar que é ficção. Um quarto vai achar exagero.

— E o resto?

— O resto vai reconhecer. E não vai fazer nada mesmo assim.

— Isso não é verdade — disse eu. — Exposição muda coisas. Devagar, mas muda. É por isso que livros como esse existem.

K. considerou isso com uma paciência que doía mais do que qualquer argumento.

— O senhor acredita mesmo nisso.

Não era pergunta.

— Quantos relatórios da CGU o senhor já leu nesses meses, professor? Quantos inquéritos arquivados? Quantas reportagens ninguém mais lembra um ano depois?

Não respondi.

— O senhor mesmo escreveu isso no caderno. “Metade das pessoas vai achar que é ficção.” Foram suas palavras, antes de serem minhas.

Fiquei em silêncio.

— O senhor não está expondo nada que já não estivesse exposto — disse ele, a voz quase gentil agora, o que era pior do que se fosse cruel. — Está só dando um nome bonito para um fato que todo mundo já conhece e ninguém quer carregar.

— Então para que serve o livro?

— Para o senhor — disse K. — Não para Roraima.

Não tive resposta. Não porque não existisse uma. Porque, naquele momento, ali sentado, eu não conseguia mais encontrá-la.

— Saber sem poder mudar — isso é o que o TAJÁ faz — continuou ele. — Não mata de uma vez. Paralisa.

Levantou-se. A sessão havia terminado.

Na porta, antes de eu atravessar o jardim, disse uma última coisa.

— O senhor achou que eu era único.

Não era pergunta. Não respondi.

— Cada comunidade indígena tem o seu — disse. — Sempre teve. Entre os Aruak. Entre os Caribe. Cada aldeia condensa o seu próprio a partir do que tem de não resolvido. Eu sou apenas o que Boa Vista condensou. — Pausa. — Há um em Bonfim. Um em Normandia. Um em Pacaraima. Menores. Mais locais. Mas da mesma natureza.

Ficou em silêncio por um momento.

— O senhor vai escrever sobre mim. Mas vai escrever sobre um. — Pausa mínima. — Somos muitos, professor.

Apertou minha mão. Firme, seco, proporcional.

— O livro vai ser bom — disse. — Confio no senhor.

Não respondi.

Ele ficou na soleira enquanto eu descia os três degraus até o jardim. Não virei a cabeça imediatamente — alguma coisa em mim sabia que não devia, do mesmo jeito que se sabe não olhar direto para o sol.

Quando finalmente olhei, ele ainda estava lá. Parado. Impassível, como na sessão anterior. Não vi o peito subir, nem descer. Não contei os segundos dessa vez — não tive coragem.

Atravessei o jardim. As buganvílias secas não tinham uma folha no chão — como se não tivessem murchado, mas evaporado. O carro preto não estava mais na rua.

Na esquina, olhei para trás uma última vez.

A porta já estava fechada. Mas a casa — por um segundo, só um segundo, antes que o sol de Boa Vista voltasse a incidir do jeito de sempre — pareceu vazia havia anos. Pintura descascada onde antes eu jurava ter visto branco fresco. Um jardim seco onde as buganvílias já não eram buganvílias secas, mas só galhos.

Pisquei. A casa voltou a ser a casa.

Nunca mais voltei àquela casa.

Três semanas depois, de volta a Campinas, abri o computador e comecei a escrever.

Esta é a primeira frase.

Campinas, 2 de maio de 2024

O caderno chegou pelo correio numa tarde de quinta-feira, embrulhado em papel kraft sem remetente. Carimbo dos Correios de Bonfim, data ilegível.

Fiquei com ele sobre a mesa por três dias sem abrir.

Na quarta noite abri.

As anotações em Macuxi eu não consigo ler. Os mapas do Kanaku são precisos, feitos à mão. Há coordenadas marcadas em vermelho que não correspondem a nenhuma terra demarcada nos registros do MPF.

Perto do fim, numa página sem data, uma entrada em português com letra menor:

14 de março de 2024 — antes de conhecê-lo

Minha avó não se opôs à revolta. Minha avó participou. Carregou munição entre as fazendas durante dois dias. Tinha dezesseis anos. Fugiu porque perdeu, não porque discordou.

K. sabe disso. K. sempre soube.

Se ele te disser o contrário, é porque quer que você escreva uma versão de mim que não sou eu.

Não escreva.

Fechei o caderno.

Fui até a janela. O trânsito da Avenida Norte-Sul. Quatorze graus que eu continuava sem sentir.

E para concluir

Passei na frente do espelho do corredor. Parei. Não por nenhum motivo que eu consiga explicar.

Voltei para a mesa. Abri o computador. Abri o arquivo com as transcrições das cinco sessões.

Procurei o trecho onde K. falava da família de Iara. Sobre os avós que se opuseram. Sobre os que sobreviveram por isso.

Selecionei o trecho.

Fiquei com o cursor sobre ele por um longo momento.

Depois fechei o computador sem salvar.

A última página do caderno tem duas linhas em português. Letra pequena, sem título, sem data.

Li as duas linhas.

Não as escrevo aqui.

Três semanas depois de voltar para Campinas, recebi um e-mail de uma doutoranda da UFAM. Havia encontrado uma referência ao Canaimé num relatório de campo não publicado. Queria saber se eu conhecia alguém em Boa Vista que pudesse ajudá-la a localizar um informante.

Respondi que não. Escrevi também, sem pensar muito, que cada pesquisador precisa aprender a administrar a própria atenção — que nem toda pista vale ser seguida.

Enviei. Só ao reler a cópia na pasta de enviados, minutos depois, reconheci a frase. Não era minha. Nunca tinha sido minha.

Apaguei o e-mail.

Fiquei olhando para a tela por um tempo que não sei medir, pensando que deletar não é o mesmo que impedir.

Os estudos etnográficos sobre os povos Aruak e Caribe do circum-Roraima documentam um padrão consistente: cada aldeia, cada comunidade tem o seu próprio Canaimé. Uma entidade específica, local, condensada a partir da história e dos conflitos daquele território.

K. não era exceção.

Era a versão urbana de algo muito mais antigo e muito mais distribuído do que eu havia imaginado.

Fechei o notebook.

Pensei em Iara. Em Bonfim. Em Lethem. Em Pacaraima.

Enquanto escrevo isto, percebo que ainda não consegui apagar o cheiro das ervas da primeira xícara.

Epílogo — Boa Vista, outubro de 2025

O lançamento foi na livraria do Pátio, no fim da tarde, num daqueles sábados em que o shopping inteiro cheira a pipoca e ar-condicionado.

Levei duzentos exemplares.

Venderam cento e oitenta e três.

A editora considerou o número excelente para uma cidade do tamanho de Boa Vista. A mim pareceu, por um motivo que não soube nomear, exatamente certo.

Assinei por quase duas horas.

Rostos que eu não reconhecia diziam nomes de bairros que eu reconhecia — Caranã, Cauamé, São Vicente — como se precisassem confirmar que a ficção tinha, de fato, acontecido em algum lugar real.

Ninguém perguntou se K. existia.

Todos perguntavam, de um jeito ou de outro, se ele ainda existia.

Eu dizia que não sabia.

Era a única resposta verdadeira que tinha.

Perto das sete, numa pausa entre duas assinaturas, levantei os olhos.

Ele estava de pé no corredor entre a livraria e a loja ao lado.

Meio escondido atrás de um expositor de livros infantis.

Alto.

Pele morena clara.

Cabelo bem cortado.

Camisa de linho branca.

Sandálias.

Mesmo àquela distância, reconheci nos olhos a mesma paciência excessiva.

Levantei-me sem perceber que tinha levantado.

— Professor?

Olhei para o lado.

Uma mulher esperava diante da mesa. Segurava um exemplar aberto na página de rosto e estendia a caneta para mim.

Sentei-me.

Assinei.

Levantei os olhos novamente.

Um segundo depois.

Talvez dois.

O corredor estava cheio.

Sacolas. Crianças. Um casal parado diante da vitrine de uma loja de calçados.

Ele não estava mais lá.

Fiquei olhando para o lugar onde estivera tempo suficiente para a pessoa seguinte perguntar se eu estava bem.

Disse que sim.

Assinei outro exemplar.

Depois outro.

Continuei até o fim da fila, quando as luzes do shopping começaram a diminuir de intensidade, como fazem antes do

fechamento, sem que ninguém perceba exatamente quando começou a escurecer.

Guardei um exemplar para mim.

O último da caixa.

No caminho para o estacionamento, atravessei a praça de alimentação quase vazia.

Foi então que me lembrei de uma frase de K.

Uma que, até aquele momento, talvez eu não tivesse levado suficientemente a sério.

Somos muitos, professor.

Continuei andando.

Não olhei para trás.

Entrei no carro e coloquei o livro no banco do passageiro.

Fiquei algum tempo olhando para a capa.

Pensei na última conversa com K.

Então para que serve o livro?

Para o senhor.

Não para Roraima.

Olhei para o livro.

Cento e oitenta e três exemplares.

Caranã.

Cauamé.

São Vicente.

Não sabia se aquilo provava alguma coisa.

Talvez não.

Abri meu exemplar na página de rosto.
Havia uma frase escrita a lápis.
A letra não era minha.
O livro vai ser bom. Confio no senhor.
Fiquei imóvel.
Passei o dedo sobre as palavras.
Depois procurei uma borracha no porta-luvas.
Apaguei.
Saiu fácil.
Fácil demais.
Passei a mão sobre o papel.
Nada. Nenhuma marca.
Nenhuma sombra.
A página estava novamente em branco.
Fiquei olhando para ela por um tempo que não soube medir.
Depois fechei o livro.
Liguei o carro. Saí do estacionamento.
No retrovisor, as luzes do shopping foram ficando menores até desaparecerem.
Só quando alcancei a avenida percebi o gosto amargo na boca.
Dessa vez, não precisei procurar o nome. Já sabia qual era.

FIM